



JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL/SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO DE DIREITO – 2014

(Direito Constitucional)

01. Marque a única afirmativa CORRETA:

- A) Não consta, expressamente estabelecida, no texto da atual constituição brasileira em vigor, norma assecuratória do respeito à integridade física e moral dos presos;
- B) Em determinadas situações, o texto da Carta Magna em vigor faz restrições, ainda que, com poucas ressalvas, à legitimidade de cidadãos brasileiros para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público.
- C) O sistema jurídico-constitucional brasileiro em vigor assegura a indenização, pelo Estado, àqueles condenados por erro judiciário, mas não faz qualquer referência clara, relativamente à obrigação do Estado indenizar aquele que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
- D) Compete, exclusivamente, à União Federal legislar sobre direito econômico;
- E) O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.

02. Marque a única afirmativa INCORRETA:

- A) O texto da Carta Magna em vigor assegura a todos o acesso à informação e resguarda o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- B) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- C) É garantido o direito de herança.
- D) A lei penal não retroagirá, em hipótese alguma.
- E) É garantido o direito de propriedade.

03. Atentando para o teor da afirmativa abaixo, ASSINALE a única alternativa CORRETA:

Corresponde a um dos direitos individuais e/ou coletivos expressamente assegurados na Constituição Federal em vigor:

- A) O tratamento degradante;
- B) O anonimato;
- C) A função espúria da propriedade;
- D) O ato jurídico imperfeito;
- E) Processo e sentença pela autoridade competente



JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL/SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO DE DIREITO – 2014

(Direito Civil)

04. Marque a única afirmativa INCORRETA:

- A) Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.
- B) Os menores de 16 (dezesseis) anos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- C) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- D) A menoridade cessa aos 18 (dezoito) anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de quase todos os atos da vida civil, observadas as restrições contidas no Livro I (Das Pessoas) da Lei 10.406, de 10/01/2002 (Código Civil Em Vigor)
- E) A existência da pessoa natural termina com a morte.

05. Marque a única opção INCORRETA:

- A) Os bens públicos não estão sujeitos à usucapião.
- B) A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito e possível, ainda que indeterminável, e forma prescrita ou não defesa em lei.
- C) As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias.
- D) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- E) No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.

06. Marque a única afirmativa CORRETA:

- A) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- B) É expressamente permitido usar o nome alheio em propaganda comercial, ainda que sem autorização.
- C) Há expressa autorização, por parte da legislação civil codificada, no sentido de que determinada classe de cidadãos, em certas condições, deva ser submetida, com risco de vida, a tratamento médico ou intervenção cirúrgica.
- D) Em nenhuma hipótese poderá ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência.
- E) Somente são reputadas, pelo Código Civil em vigor, como pessoas jurídicas de direito público externo, os Estados estrangeiros.



JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL/SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO DE DIREITO – 2014

07. Marque a única afirmativa CORRETA:

- A) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, ainda que exercidos fora dos limites de seus poderes, definidos no ato constitutivo.
- B) As fundações são pessoas jurídicas, exclusivamente, de direito público.
- C) A impossibilidade inicial do objeto invalida, em todas as situações, o negócio jurídico.
- D) Nas declarações de vontade, se atenderá mais ao sentido literal da linguagem, do que à intenção nelas consubstanciada.
- E) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

08. De acordo com as afirmativas abaixo, MARQUE a única VERDADEIRA:

- A) Quanto às pessoas jurídicas, pode-se afirmar que o domicílio da União é o Distrito Federal;
- B) O preso e o servidor público não possuem domicílio necessário;
- C) O domicílio da pessoa natural é o lugar do seu nascimento;
- D) O incapaz e o militar, igualmente, não possuem domicílio necessário.
- E) Velará pelas fundações o Ministério Público Federal.

09. Observado o conteúdo das alternativas abaixo, ASSINALE A ÚNICA INCORRETA:

- A) O solo, e tudo quanto se lhe incorporar, natural ou artificialmente, é reputado bem imóvel;
- B) Os direitos reais sobre imóveis são considerados bens imóveis para os efeitos legais;
- C) As energias que tenham valor econômico são consideradas bens móveis para os efeitos legais;
- D) São fungíveis os móveis que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- E) Os bens naturalmente divisíveis, em nenhuma hipótese, podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.

(Direito Penal)

10. Marque a única alternativa CORRETA:

- A) Consumado está o crime, quando nele se reúnem os elementos mais substanciais de sua definição legal;



JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL/SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO DE DIREITO – 2014

- B) Para a caracterização do crime tentado não é necessário o início de sua fase de execução;
- C) Arrependimento eficaz ocorre quando o agente, por interferência decisória de terceiro, impede que o resultado se produza;
- D) Para efeitos penais, somente se admite o arrependimento posterior nos crimes com violência ou com grave ameaça à pessoa;
- E) Diz-se doloso o crime, quando o agente quis o resultado, ou assumiu o risco de produzi-lo.

11. Assinale a única opção VERDADEIRA:

- A) Há crime quando o agente pratica o fato em legítima defesa;
- B) Há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade;
- C) Há crime quando o agente pratica o fato em estrito cumprimento de dever legal;
- D) Há crime quando o agente pratica o fato no exercício regular de direito;
- E) O agente, ainda que praticando o fato em legítima defesa, responderá pelo excesso, culposo ou doloso .

12. Assinale a única opção CORRETA:

- A) Não se extingue a punibilidade pela morte do agente;
- B) Não se extingue a punibilidade pela anistia;
- C) Não se extingue a punibilidade pelo indulto;
- D) Não se extingue a punibilidade pela decadência;
- E) Extingue-se a punibilidade pela prescrição.

13. Marque a única alternativa CORRETA:

- A) O curso da prescrição não se interrompe pelo recebimento da denúncia;
- B) O curso da prescrição não se interrompe pelo recebimento da queixa;
- C) O curso da prescrição não se interrompe pela pronúncia;
- D) O curso da prescrição não se interrompe pela publicação do acórdão condenatório recorrível.
- E) O curso da prescrição se interrompe pela publicação da sentença condenatória recorrível.

14. Assinale a única opção CORRETA:

- A) A ação penal de iniciativa privada é promovida com a denúncia do órgão ministerial;
- B) A ação penal pública é promovida pela Defensoria Pública competente;
- C) Não se pode admitir a ação penal de iniciativa privada nos crimes de ação pública;



JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL/SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO DE DIREITO – 2014

- D)** A ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido;
- E)** A ação penal pública, em nenhuma hipótese, desafiará, para sua promoção, de requisição do Ministro da Justiça.

(Direito Previdenciário)

15. Marque a única opção CORRETA:

- A)** A aposentadoria por invalidez corresponde à espécie excepcional de benefício previdenciário, em que não se exige o cumprimento de carência definida em lei;
- B)** A aposentadoria por idade corresponde a benefício previdenciário o qual possui, dentre outros requisitos, o cumprimento da carência exigida em lei, bem como a idade de 60 (sessenta) anos, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos, se mulher;
- C)** A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, a contar da data do óbito, quando requerida até 30 (trinta) dias depois deste;
- D)** O segurado empregado em gozo de auxílio-doença será considerado pela empresa como em usufruto de dias artificialmente remunerados;
- E)** Para fins de comprovação da exposição, não-intermitente e habitual do trabalhador/segurado a agentes nocivos à saúde, pelo período exigido na legislação previdenciária de regência, para a concessão de aposentadoria especial, admite-se a prova exclusivamente testemunhal, com a ressalva de que esta deva ser robusta e inequívoca.

(Direito Processual Civil)

16. Assinale, dentre as afirmativas abaixo, a única CORRETA:

- A)** Somente a jurisdição civil contenciosa é exercida pelos Juízes, em todo o território nacional, conforme as disposições do CPC;
- B)** Segundo a sistemática processual estabelecida pelo CPC, ainda mesmo que a parte, ou interessado, deixe de requerer, o juiz deverá prestar a tutela jurisdicional;
- C)** Para propor ou contestar ação, é necessário ter interesse e legitimidade ;
- D)** Comete, exclusivamente, ao Juiz Federal, processar e julgar as ações concernentes ao estado e à capacidade da pessoa;
- E)** A ação em que o incapaz for réu se processará no foro do domicílio do seu lugar de nascimento.



JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL/SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO DE DIREITO – 2014

17. Observando o teor das opções abaixo, marque a única CORRETA:

- A) Não se exige o uso do vernáculo em todos os atos e termos do processo;
- B) Poderão as partes exigir recibo de petições, arrazoados, papéis e documentos que entregarem em cartório;
- C) Os atos do juiz consistirão em sentenças e despachos de mero expediente;
- D) O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, se interrompe, necessariamente, nos feriados;
- E) Não havendo preceito legal, nem assinatura pelo juiz, será de 15 (quinze) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

18. Atentando para o conteúdo das afirmativas abaixo, assinale a única VERDADEIRA:

- A) Não se suspende o curso do processo pela mera perda da capacidade processual de qualquer das partes;
- B) Não se suspende o processo pela convenção das partes;
- C) Durante a suspensão do curso do processo é defeso praticar qualquer ato processual; poderá o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes, a fim de evitar dano irreparável;
- D) Não se suspende, necessariamente, o processo, por conta da morte de qualquer das partes;
- E) Não se suspende o curso do processo pela mera oposição de exceção de incompetência do juízo.

(Direito Processual Penal)

19. Sopesando a pertinência das afirmativas abaixo, assinale a única opção CORRETA:

- A) Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado em todas as hipóteses, unicamente através de ofício;
- B) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos atos, ainda que esta contrarie, momentaneamente, a moral ou a ordem pública;
- C) O inquérito policial deverá terminar no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante;
- D) Ainda que sirva de base para a denúncia ou queixa, o inquérito policial jamais deverá acompanhar uma ou outra;
- E) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.



JUSTIÇA FEDERAL
PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL/SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO DE DIREITO – 2014

20. Analisando com bom critério o conteúdo das opções abaixo, assinale a única afirmativa CORRETA:

- A)** O simples lugar da infração não funciona como determinante da competência jurisdicional;
- B)** A competência, em nenhuma hipótese, será determinada pela conexão;
- C)** A continência, em nenhuma hipótese, importará unidade de processo e julgamento;
- D)** A prerrogativa de função é uma das hipóteses determinantes da competência jurisdicional;
- E)** A mera residência do réu não determinará a competência jurisdicional, exigindo-se sempre, para tanto, o lugar do domicílio e residência do réu, concomitantemente;

(QUESTÃO SUBJETIVA)

Indique 03 (três) direitos, dentre aqueles, individuais e coletivos, estabelecidos no art.5º e seus Incisos, da Carta Magna em Vigor, justificando-os.